



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Data: 26 de julho de 2019

Local: A audiência ocorreu no Plenário do 10º andar do Edifício Sede deste Regional

Pauta: Discussão da Proposta Inicial de Metas de Metas Nacionais – PIME para 2020

Objetivo: Ouvir a manifestação oral dos presentes sobre a Proposta Inicial de Metas de Metas Nacionais – PIME para 2020 como forma de aprimorar o diálogo e a aproximação entre o Poder Judiciário e a sociedade em matéria de tamanha relevância. Esta iniciativa faz parte das atividades empreendidas pelo TRT-MG para fomentar a gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário.

O Desembargador Vice-Corregedor e Gestor de Metas Nacionais, Dr. Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto, asseverou que “realização da audiência pública vem ao encontro da crença de que é possível aprimorar o diálogo e a aproximação entre o Poder Judiciário e a sociedade e a participação de todos é importante para democratizar a atuação dos órgãos jurisdicionais, propiciando maior integração e compartilhamento de toda a Justiça do Trabalho, assim como de todo o Judiciário brasileiro” agradeceu aos expositores e asseverou que as contribuições colhidas serão consideradas para o encaminhamento ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Primeiramente, Patrícia Reis, Chefe da Seção de Planejamento e Estatística fez uma apresentação sobre o desempenho do TRT-MG nas metas estabelecidas pelo CNJ ao Poder Judiciário e nas metas específicas da Justiça do Trabalho. Ela afirmou que as metas são direcionadores que permitem estabelecer prioridades no tratamento das muitas demandas que tramitam na instituição.

Na sequência os expositores inscritos fizeram suas colocações sobre as metas do Poder Judiciário, tema da Audiência Pública. As sugestões da Comissão de Direitos Sociais e Trabalhistas da OAB/MG e da Associação Mineira de Advogados Trabalhistas – AMAT foram apresentadas pelos advogados Léucio Leonardo e Dimer Azalim do Valle, foram elas:

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO – 4, REDUÇÃO DO TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO NA 2ª INSTÂNCIA

- 1. Reestabelecimento da preferência para julgamento em função da ordem de inscrição para sustentação oral.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO – 5, REDUÇÃO DO TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO NA 1ª INSTÂNCIA – FASE DE CONHECIMENTO:

- 1. Reinstaurar a pauta de audiências das segundas às sextas-feiras;
- 2. Nas varas que têm dois juízes, titular e auxiliar, reinstaurar a pauta de audiências dupla diária e não pauta alternada;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

- 3. Intensificar a designação de juiz auxiliar nas varas com maior volume de processos.

Estiveram, ainda, presentes à Audiência Pública a Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães e o Juiz do Trabalho Vitor Salino de Moura Eca.

Desembargador Vice-Corregedor e Gestor de Metas Nacionais, Dr. Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto

- Preocupação com a duração razoável do processo, reforçada pelas orientações do CSJT quando da Correição Geral que destacou que a 1ª instância do TRT3 não cumpre com a meta 5 do CSJT – TMDP1;
- 1 ano: inaceitável / 6 meses: razoável / 90 dias desejável – trabalho da Corregedoria Regional de convencimento e conscientização
- A apresentação dos resultados de forma global prejudica muitas varas, pois as que cumprem ficam desmotivadas. O que muitas vezes joga o número para baixo são os grandes foros, onde os resultados não insatisfatórios
- Meta tem que ser considerado como um alvo, um objetivo e não um castigo
- A administração da pauta impacta no resultado das metas sobretudo da meta % do CSJT

Juiz do Trabalho Doutor Vitor Salino de Moura Eca

- Enaltece a oportunidade do diálogo e da cooperação para a prestação judiciária
- Judiciário precisa ser espaço de interlocução permanente, direta, pois todos saem ganhando via harmonização eficiente das relações
- Metas são elaboradas com rigor técnico e muitas vezes são mal compreendidas inclusive pelo público interno, é preciso trazer consciência para seu papel pois as metas sinalizam onde queremos chegar
- Quantificar ajuda no processo de agregação de valor, no pensar a longo prazo, no monitoramento constante
- Conhecer mais melhor as metas para saber o que conceber em termos de idéia para se construir um judiciário melhor
- Justiça tem que ser voltada para quem precisa dela e somos protagonistas em múltiplas funções, que são complementares
- A realidade dos foros é diferente, padronizar é um desafio, pois há diversos níveis de questionamento e complexidade
- Seriedade, boa vontade, comprometimento devem ser ditos como valores comuns
- Perfil dos juízes é diferente e, relação a capacidade operacional

Advogado Léucio Leonardo

- AMAT se sentiu muito prestigiada e honrada com o convite que entende como um sinal de boas relações entre as entidades e de parceria
- 2º grau: celeridade satisfatório, proposta se justifica porque o regime de salas de audiência para marcação da sustentação oral prejudica os advogados diligentes e faz com que o tempo de espera seja muito grande, pede para seguir a previsão



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

do art. 114 do regimento. Reconhece que existe dificuldade operacional de ordem tecnológica

- 1º grau: a maior queixa dos advogados é quanto o prazo muito elástico para a marcação das audiências e pede que se avalie medidas para contornar as pautas muito postergadas. Destacou que dentro do próprio regional há varas muito céleres na marcação das audiências e que o volume de audiências dia vara muito de vara para vara e que talvez uma vara com uma pauta bem executada possa servir de boa prática. Destacou que reconhece as dificuldades como a falta de servidores e a carência do quadro de magistrados. Lembrou que mesmo diante da demanda da pauta humanizada há como equacionar a questão sobretudo em razão da queda do volume processual pós reforma, mas que com a redução do número de processos por dia dificulta qualquer avanço.

Advogado Dimer Azalim do Valle:

- Elogiou a atuação dos magistrados de 1º instância



Missão do TRT3

Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

26 de julho de 2019

RESULTADOS DO 1º SEMESTRE DE 2019

Desempenho das metas nacionais

Secretaria de Gestão Estratégica (SEGE)



Meta 1 CNJ e Meta 6 CSJT

- **IPJ** – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Desempenho acumulado: 108,19%

**Proposta para 2020
Mesma meta de 2019**

Secretaria de Gestão Estratégica (SEGE)





Meta 2 CNJ e Meta 7 CSJT

- **IPA** – Identificar e julgar até 31/12/2019, pelo menos, 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º e no 2º grau.

Desempenho acumulado: 100,76%

Proposta para 2020
Mesma meta de 2019,
porém para distribuídos até
2018

Secretaria de Gestão Estratégica (SEGE)



Meta 3 CNJ e Meta 9 CSJT

- **ICONc** – Manter o percentual do biênio 2016/2017 no Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento.

Desempenho acumulado: 91,93%

Proposta para 2020
Mesma meta de 2019

Secretaria de Gestão Estratégica (SEGE)



Meta 5 CNJ e Meta 11 CSJT

- **IE** – Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Desempenho acumulado: 103,79%

Proposta para 2020
Mesma meta de 2019

Secretaria de Gestão Estratégica (SEGE)



Meta 6 CNJ e Meta 8 CSJT

- **IACJ** – Identificar e julgar até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Desempenho acumulado: 99,46%

Proposta para 2020
Mesma meta de 2019,
porém para distribuídos até
2017

Secretaria de Gestão Estratégica (SEGE)



Meta 6 CNJ e Meta 8 CSJT

- **IACJ** – Identificar e julgar até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 2º grau.

Desempenho acumulado: 102,04%

Proposta para 2020
Mesma meta de 2019,
porém para distribuídos até
2018

Secretaria de Gestão Estratégica (SEGE)



Meta 7 CNJ, Meta 10 CSJT

- **IRA** – Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior, até 2020.

Desempenho acumulado: 116,91%

Proposta para 2020
Mesma meta de 2019

Secretaria de Gestão Estratégica (SEGE)

TRT 3ª Região				
Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes - IRA				
Posição	Litigante	Nº de Processos no 1º Grau	Nº de Processos no 2º Grau	Total
1	FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA	2.219	443	2.662
2	BANCO BRADESCO S/A	1.702	547	2.249
3	ITAU UNIBANCO S/A	1.670	444	2.114
4	VALE S/A	1.429	319	1.748
5	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.047	552	1.599
6	VIA VAREJO S/A	1.174	343	1.517
7	BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A	1.123	260	1.383
8	TELEMAR NORTE LESTE S/A	416	257	673
9	CLARO S/A	505	135	640
10	AEC CENTRO DE CONTATOS S/A	256	75	331
Total de processos dos dez maiores litigantes		11.541	3.375	14.916

Secretaria de Gestão Estratégica (SEGE)

Meta 4 CSJT

- **TMDP2** – reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, em 2% até 2019.

Desempenho acumulado: 61,43%

111/80

Cláusula de barreira = 139

Proposta para 2020
Reduzir em relação ao ano
base de 2017 em 5%

Secretaria de Gestão Estratégica (SEGE)



Meta 5 CSJT

- **TMDP1** – reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017, em 4% até 2019.

Desempenho acumulado: 61,25%

230/166

Cláusula de barreira = 229

Proposta para 2020
Reduzir em relação ao ano
base de 2017 em 10%

Secretaria de Gestão Estratégica (SEGE)



OBRIGADO!

SEGE – Seção de Planejamento e Estatística

planejamento@trt3.jus.br

estatistica@trt3.jus.br

(31) 3228-7195

Secretaria de Gestão Estratégica (SEGE)